

PROVIMENTO Nº 68/05

O Desembargador CARLOS HOFFMANN, Corregedor-Geral da Justiça, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade de regulamentação da destinação, controle e aplicação de valores destinados aos Conselhos da Comunidade oriundos de medidas e penas de prestação pecuniária aplicadas pelas Varas Criminais e pelos Juizados Especiais Criminais do Estado do Paraná,

RESOLVE:

Art.1º - Os valores destinados ao Conselho da Comunidade oriundos de medidas e penas de prestação pecuniária aplicadas pelas Varas Criminais e pelos Juizados Especiais Criminais deverão ser recolhidos pelos obrigados em conta bancária do Conselho, vedado o recolhimento no cartório ou na secretaria.

§1º - O Conselho da Comunidade ficará responsável pela abertura da conta corrente junto à instituição financeira, comunicando o Juiz (ou Juízes) Criminal da comarca.

§2º - Nessa conta corrente – exclusiva para os fins a que se destina – não poderão ser depositadas outras receitas do Conselho da Comunidade.

§3º - O recolhimento deverá ser feito mediante guia ou boleto bancário a ser fornecido pela secretaria do Juizado, pelo cartório da Vara Criminal em que foi aplicada a medida ou pena de prestação pecuniária, ou pela Vara responsável pela execução da medida ou pena.

Art.2º - A destinação dos valores a que se refere o artigo 1º deverá ser precedida de convênio a ser celebrado entre o Conselho da Comunidade e o

Tribunal de Justiça, devendo nele estar previsto que os valores destinados e depositados na conta exclusiva somente poderão ser utilizados para:

I - o custeio de obras e projetos de cunho social desenvolvidos ou mantidos pelo Conselho da Comunidade, ou por entidades com destinação social credenciadas pelo Conselho da Comunidade, preferencialmente, aqueles destinados à execução penal; à assistência e ressocialização de presos, de condenados e de egressos do sistema penitenciário; à assistência às vítimas de crimes e para a prevenção da criminalidade;

II – o pagamento de despesas relativas a programas e ações do Conselho da Comunidade voltados para a assistência material (alimentação e vestuário), à saúde e educação dos presos recolhidos nos estabelecimentos penais localizados na comarca;

III - o pagamento de bolsa auxílio ao preso pelo trabalho por este prestado, nos termos da Seção I do Capítulo III da Lei de Execução Penal, em projetos ou programas profissionalizantes desenvolvidos pelo Conselho da Comunidade e autorizados pelo Juiz da Execução Penal.

IV - o custeio das despesas administrativas do Conselho, inclusive as que envolvam o dispêndio com a remuneração e recolhimento de encargos sociais de seu quadro de auxiliares administrativos; com o pagamento de bolsa-auxílio de estágio e contratação de prestação de serviço técnico especializado para desenvolvimento de seus projetos e programas sociais; com despesas bancárias e recolhimento de tributos devidos pelo Conselho; com despesas relativas à aquisição de material de expediente e bens permanentes, entre outras necessárias para a manutenção de seus objetivos;

Parágrafo único – Quando houver o repasse de recursos pelo Conselho da Comunidade às entidades com destinação social nele cadastradas, deverá o Conselho fiscalizar a aplicação desses recursos pela entidade beneficiada.

Art.3º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I – da existência de disponibilidade, em função de cumprimento de programação;

II – do atendimento do plano de aplicação aprovado pelo Juiz responsável pela supervisão do Conselho da Comunidade, nos termos do art. 11 deste Provimento.

Art.4º - É vedada a destinação de recursos:

I - para o custeio do Poder Judiciário, do Ministério Público ou dos órgãos da Administração Pública, inclusive das Polícias Civil e Militar, assim como para

gastos com o pagamento de pessoal e aquisição de equipamentos de qualquer natureza;

II – para promoção social dos integrantes do Conselho;

III – para fins político-partidários;

IV- para pagamento de qualquer espécie de remuneração aos membros, inclusive os Diretores, do Conselho da Comunidade.

Art.5º - Deverá o Conselho, antes de proceder a qualquer saque ou movimentação bancária, deliberar em Assembléia Geral o destino das verbas, apresentando, por escrito, ao responsável pela supervisão do Conselho da Comunidade o plano de aplicação dos recursos financeiros.

Parágrafo único – Somente depois de aprovado o plano de aplicação pelo Juiz Supervisor é que se poderá movimentar a conta corrente.

Art.6º - Até o dia 10 (dez) do mês subsequente, ou quando solicitado, deverá o Conselho da Comunidade apresentar ao Juiz Supervisor o balancete mensal de prestação de contas, cuja cópia deverá ser afixada no quadro de editais do edifício do Fórum, para conhecimento público.

Art.7º - O Conselho da Comunidade apresentará ao Juiz Supervisor, até 31 (trinta e um) de março de cada ano, a prestação de contas referentes aos recursos recebidos e as destinações efetuadas relativas ao exercício anterior.

Parágrafo único: Cópia do relatório conclusivo da prestação de contas apresentada pelo Conselho deverá ser encaminhada à Corregedoria-Geral da Justiça, pelo Juiz Supervisor, acompanhado de relatório de avaliação, por este elaborado, sobre as atividades desenvolvidas pelo Conselho da Comunidade.

Art.8º - O Conselho da Comunidade, sempre que acionado pelo Juiz, deverá atender, receber e fiscalizar eventual cumprimento de pena ou medida de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas aplicada nos termos do art.46 do Código Penal.

Art.9º - No caso de aplicação de pena de multa, o recolhimento deverá ser realizado, pelo obrigado, em favor do Fundo Penitenciário Nacional por meio da Guia de Recolhimento de Receitas da União (GRU).

Art.10 - Quando os valores oriundos de medidas e penas de prestação pecuniária forem destinados à vítima, o pagamento será feito mediante recibo a ser juntado nos autos ou por depósito bancário na conta corrente por ela fornecida.

Art. 11 – A supervisão do Conselho da Comunidade será exercida pelo Juiz da Execução.

§ 1º - Nas comarcas onde a execução penal esta afeta a mais de um Juiz, a escolha daquele que exercerá a supervisão do Conselho da Comunidade será feita por designação da Corregedoria-Geral da Justiça.

§ 2º - A atuação do Juiz encarregado da Supervisão do Conselho da Comunidade ficará restrita aos termos deste Provimento.

Art.12 - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Curitiba, 03 de junho de 2005.

Des. CARLOS HOFFMANN
Corregedor-Geral da Justiça